

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 – O direito internacional contemporâneo, a regulação e o direito do petróleo e do gás natural: da confluência dos institutos

- 1.1. Introdução
- 1.2. Do fenômeno da globalização e suas vertentes
 - 1.2.1. A globalização jurídica e as mutações do Direito Internacional
- 1.3. Da relação simbiótica entre Direito Internacional e Direito Interno
- 1.4. O Direito Administrativo Global como uma interseção entre o Interno e o Internacional
- 1.5. Aspectos relevantes a serem considerados na regulação do petróleo e do gás à luz da governança global e do *New Public Management*
 - 1.5.1. Direito Internacional do Desenvolvimento
 - 1.5.2. Direito Internacional dos Investimentos
 - 1.5.3. Direito Internacional do Meio Ambiente
 - 1.5.4. O princípio da eficiência
 - 1.5.5. O princípio da legitimidade
 - 1.5.5.1. Mecanismos de controle dos atos administrativos dos reguladores à luz do sistema de freios e contrapesos como reforço ao princípio da legitimidade
 - 1.5.6. O princípio da participação

CAPÍTULO 2 – A regulação do petróleo e do gás natural no Brasil

- 2.1. Da emergência do moderno Estado Regulador brasileiro
- 2.2. A criação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
- 2.3. Da base constitucional para a regulação dos recursos naturais
- 2.4. Os modelos regulatórios atualmente vigentes no Brasil para a E&P de P&G
- 2.5. Um panorama sobre a regulação aplicável às atividades de exploração, desenvolvimento e produção de P&G no modelo da concessão
 - 2.5.1. Direitos e obrigações contratuais e normativa aplicável
 - 2.5.2. Sanções contratuais e administrativas
 - 2.5.3. Cessão de participação indivisa

CAPÍTULO 3 – Geopolítica e a exploração e a produção não convencionais de petróleo e gás natural

- 3.1. A geopolítica energética
- 3.2. A alteração geopolítica com a revolução do gás não convencional
- 3.3. Das espécies classificadas como não convencionais
 - 3.3.1. *Shale gas*
 - 3.3.2. *Tight sands gas*
 - 3.3.3. *Coalbed methane*
 - 3.3.4. *Gas hydrates*
- 3.4. A técnica do fraturamento hidráulico utilizada para a exploração e a produção em reservatórios não convencionais: pontos controvertidos
 - 3.4.1. Contaminação e desperdício de recursos hídricos
 - 3.4.1.1. A questão atinente à divulgação dos componentes do fluido do fraturamento como prevenção à contaminação
 - 3.4.2. Riscos de abalos sísmicos
 - 3.4.3. Emissão de poluentes à atmosfera
 - 3.4.4. Alterações paisagísticas: danos visuais
- 3.5. Panorama global da regulação existente sobre a exploração e a produção não convencionais de petróleo e gás natural no Direito Comparado
 - 3.5.1. A importância do estudo comparativista
 - 3.5.1.1. Estados Unidos
 - 3.5.1.2. Canadá
 - 3.5.1.3. Regulação dos não convencionais na Europa
 - 3.5.1.3.1. Reino Unido
 - 3.5.1.3.2. Polónia
 - 3.5.1.3.3. Romênia
 - 3.5.1.3.4. Alemanha
 - 3.5.1.3.5. França
 - 3.5.1.4. Regulação dos não convencionais na América Latina
 - 3.5.1.4.1. Argentina
 - 3.5.1.4.2. Colômbia
 - 3.5.1.4.3. México
 - 3.5.1.5. Índia

3.5.1.6. China

3.5.1.7. Austrália

3.6. As normativas elaboradas por organizações internacionais voltadas à indústria do petróleo e do gás com respeito aos não convencionais

3.6.1. Association of International Petroleum Negotiators

3.6.2. International Energy Agency

CAPÍTULO 4 – A E&P não convencionais de petróleo e gás natural no Brasil e o desafio regulatório

4.1. Panorama das reservas brasileiras não convencionais

4.2. A regulação brasileira para os não convencionais

4.2.1. Da competência regulatória

4.2.2. A regulação criada no âmbito da 12ª Rodada de Licitações da ANP

4.2.3. O modelo de contrato de concessão utilizado para a 12ª Rodada

4.2.4. A Resolução ANP nº 21/2014: fraturamento hidráulico

4.3. Imbróglio jurídico em torno da 12ª Rodada de Licitações: ações judiciais em curso e da incerteza jurídica para a exploração nos blocos arrematados

CAPÍTULO 5 – Proposições a viabilizar a E&P de petróleo e gás não convencionais e convencionais frente aos desafios apresentados

5.1. Por um marco legal específico para a exploração não convencional

5.1.1. Contornos de um modelo exploratório próprio para os recursos não convencionais

5.1.1.1. Concomitância das fases de exploração, de desenvolvimento e de produção

5.1.1.2. Declaração de comercialidade e devolução de área da concessão

5.1.1.3. Plano de Desenvolvimento

5.1.1.4. Conteúdo local

5.1.1.5. Participações governamentais

5.1.1.6. Unitização

5.1.2. *Joint rulemaking*: por uma regulação compartilhada

5.1.3. Uma nova regulação fundada na efetiva participação

5.1.4. Uma licença social para a operação dos recursos não convencionais de P&G

- 5.2. Desafios e perspectivas à exploração e à produção convencionais de P&G no atual contexto econômico mundial

CAPÍTULO 6 – Considerações finais

BIBLIOGRAFIA